



Denominações e realidade à luz das *Investigações Filosóficas*

Karina da Silva Oliveira¹

Resumo:

A personificação filosófica da pergunta gramatical pela constituição elementar dos nomes consiste, nas *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein, no seguinte questionamento: “Mas quais são os componentes simples de que se compõe a realidade?” (IF § 47). Tal como consta no § 5 das *Investigações Filosóficas*, um conceito geral envolve a linguagem em um nevoeiro que torna impossível a visão clara; e apenas quando o conceito é circunscrito as situações que sempre propiciam seu emprego e finalidade, é que tal névoa se dissipa. E com a simples denominação de uma coisa nada se faz (§ 49). Apreender o uso das palavras então parece equivaler a mostrar sua significação, a qual não pode ser explicada apenas descrita. Ora, conforme o § 59, nós apenas vemos as coisas e vamos atribuindo simplicidade e complexidade as suas partes. Isso não quer dizer que não há garantia de um significado estável para as palavras? Isso, por sua vez, não implica que não possam ser usadas ou que não sejam condizentes com realidades específicas? À luz dessas considerações e questionamentos, o pressuposto básico desta pesquisa, é que o estudo das partes (mínimas) de uma realidade requer uma determinação referencial que indique sobre quais tipos de coisas se está disposto a considerar um elemento de trabalho simples ou composto desta realidade. É acerca dessa problemática que no texto se desenvolverá uma análise.

Palavras-Chave: Linguagem. Realidade. Representação. Simplicidade. Complexidade.

Abstract:

The philosophical personification of the grammatical question for the elementary constitution of the names consists, of Ludwig Wittgenstein in *Philosophical Investigations*, in the following question: "But which are the simple components that the reality is composed?" (IF § 47). Just as it consists in § 5 of the *Philosophical Investigations*, a general concept involves the language in a thick fog that turns impossible the clear vision; and just when the concept is bounded the situations that always propitiate his job and purpose it is that such fog vanishes. And with the simple denomination of a thing anything if he does (§ 49). To apprehend the use of the words then seems to be equal to show his significance, it cannot be explained described just. Now, according to § 59, we just see the things and we are going attributing simplicity and complexity their parts. Doesn't that mean that there is no warranty of a stable meaning for the words? Doesn't it for his time, implicate that cannot be used or what suitable with specific realities are not? To the light of those considerations, the basic presupposition of this research, is that the study of the parts (minimum) of a reality requests a determination referential that indicates on which types of things are willing to consider an element of simple work or composed of this reality. It is concerning that problem that will grow an analysis in the text.

Key-Works: Language. Reality. Representation. Simplicity. Complexity.

¹ Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília. Orientador: Prof^ª Dr^ª Clélia Aparecida Martins. Email: karinaoliveira@marilia.unesp.br.



A personificação filosófica da pergunta gramatical pela constituição elementar dos nomes consiste, nas *Investigações Filosóficas* no seguinte questionamento: “Mas quais são os componentes simples de que se compõe a realidade?” (IF § 47). Em seguida, Wittgenstein tece algumas observações mediante as quais essa dúvida é empregada, por exemplo: quais os componentes simples de uma poltrona? São suas moléculas, seus átomos ou a madeira que lhe dá estrutura?

“Simples” para Wittgenstein é o “não composto” e perguntar por eles em si mesmos não tem sentido. Só é compreensível uma pergunta sobre as partes de um sofá se forem elas consideradas como partes mínimas, e ainda deve ser levado em conta o nível de análise em que elas foram situadas. Ora, aqui não se trata de levar em consideração a pré-determinação do sofá? E se essa é a condição para a compreensibilidade da pergunta sobre o sofá, não se subentende aqui que possa ser estendida à pergunta pelas partes de uma realidade em si mesma?

Tal como consta no § 5 das *Investigações Filosóficas*, um conceito geral envolve a linguagem em um nevoeiro que torna impossível a visão clara; e apenas quando o conceito é circunscrito as situações que sempre tem seu emprego e finalidade, é que tal névoa se dissipa. E como com a simples denominação de uma coisa nada se faz (§ 49), pode-se inferir que a dúvida sobre as partes constituintes do sofá e mesmo da realidade é uma dúvida conceitual, porque o interesse não está em precisar faticamente quais são essas partes mínimas, mas como elas se aplicam aos conceitos que lhes correspondem, a saber, sofá, realidade; e isto porque, a simplicidade ou a complexidade de ambos não é um dogma da natureza deles mesmos, mas uma questão de descrição gramatical. É isso o que Wittgenstein parece querer dizer:

A pergunta ‘o que você vê é composto?’ tem sentido, é claro, se já está estabelecido de que espécie de ser composto – isto é, de que uso específico dessa palavra se deve tratar (WITTGENSTEIN, 1999, § 47).

Aprender o uso das palavras então parece equivaler a mostrar sua significação, a qual por sua vez, não pode ser explicada apenas descrita. O que no cotidiano da linguagem afirmamos como uma entidade ou uma certa correspondência entre normas e coisas que concede valor na linguagem é unicamente o uso que as palavras assumem nos próprios proferimentos. Nada está além da linguagem. Em outras palavras, nada há



que se possa caracterizar como significado que extrapole o uso dos signos em proferimentos. Logo, o termo significado nada distingue.

Ora, conforme o § 59 das *Investigações*, nós apenas vemos as coisas e vamos atribuindo simplicidade e complexidade as suas partes. Isso não quer dizer que não há garantia de um significado estável para as palavras? O que, por sua vez, não implica que não possam ser usadas ou que não sejam condizentes com realidades específicas? O estudo das partes (mínimas) de uma realidade requer uma determinação referencial que indique sobre quais tipos de coisas se está disposto a considerar um elemento de trabalho simples ou composto desta realidade. Do pressuposto norteador da pesquisa, advém alguns objetivos que consistem em averiguar:

- é possível o questionamento sobre o significado de uma coisa se de antemão não se souber o emprego e o fim do que é simples ou composto na linguagem?
- é possível o questionamento sobre a simplicidade ou a complexidade de uma coisa se de antemão for ignorada a localização deste questionamento na linguagem?
- e se não forem descritas suas funções em uma situação lingüística, uma coisa poderá significar uma infinidade de coisas e a própria realidade se dissipar em inúmeras realidades?

Para reconhecer que algo é um objeto material eu preciso que a linguagem lhe permita essa designação, porém esse algo tem de existir antes da linguagem “se ele não *existisse*, não se poderia também nem ao menos nomeá-lo e, portanto, não se poderia afirmar absolutamente nada sobre ele” (§ 50). No entanto, a existência perceptível para nós é a existência captada pela linguagem, Wittgenstein parece tencionar dizer isso:

Aquilo que, aparentemente, *tem que* haver, pertence à linguagem. Existe um paradigma em nosso jogo; algo com que se compara. E constatar isso pode significar fazer uma constatação importante; mas é, todavia, uma constatação que diz respeito ao nosso jogo de linguagem – ao nosso modo de exposição (WITTGENSTEIN, 1999, § 50).



Quando se afirma que os nomes designam aquilo que é elemento da realidade, que não se deixa destruir, já não se exprime com tal afirmação uma representação determinada pertinente a isso?

Os nominalistas parecem ignorar essa relação entre realidade e representação e por isso mesmo não descrevem o uso das palavras, em vez disso interpretam-nas como nomes instruindo-os, isto é, registrando-os no papel e desconectando-os da validade. Há, contudo, distinções fáticas entre linguagem e realidade (a do mundo, que cabe à linguagem descrever), do que não decorre que essas distinções também valem no plano conceitual, que elas ocorrem nele.

Ademais, apesar de toda denominação ser anterior ao jogo de linguagem, ela ocorre dentro dele, isto é, dentro de uma situação lingüística. Ela pode ser compreendida como uma preparação para ele.

Assim saber se a realidade antecede a linguagem ou vice-versa não é um problema apenas conceitual? E esse problema não exige considerarmos as “gramáticas” de mundo e “linguagem” para apreendermos a realidade como devidamente se nos apresenta em cada momento?

Não haver um significado rígido para o uso das palavras “simples” e “composto” não implica que elas percam sua função ou que não tenham tido aplicações nos proferimentos. Desde a perspectiva das *Investigações Filosóficas* não pode haver “referência exterior” sem uma determinação prévia na linguagem; logo, a fixidez da referência não é condição para a representação (representamos a realidade em nosso intelecto e re-presentamos esta realidade mediante a linguagem); a imutabilidade da referência, diz Wittgenstein, é-nos uma exigência, não uma conclusão (§ 107); sua verdade ou falsidade é imanente às suas determinações (§ 136); estas determinações, porém, não podem ser consideradas exatas, únicas, definitivas.

Quando se diz que uma palavra *deve* ter um emprego fixo delimitado, vai-se contra aquilo que se vê: que os usos são dispersos e alternados. Julga-se que deve haver uma regularidade, uma simplicidade subjacente à pluralidade dos empregos e finalidade.

Trata-se da exigência de um modelo sobre o funcionamento da linguagem, e sua própria necessidade mostra sua inadequação: se houver tal simplicidade indispensável à compreensão, uma vez que eu não a percebo claramente, eu não poderia compreender as palavras e, portanto, sequer saberia o que estou dizendo com este raciocínio; se entendo



o que estou dizendo é por que tal simplicidade, mesmo que exista, não é indispensável para a compreensão da linguagem. Portanto, a fixação rígida de um conceito é sempre superficial. A simplicidade da realidade não é um estado estático, mas dinâmico, não linear. “Aquilo que chamamos de ‘frase’, ‘linguagem’, não é uma unidade formal, mais uma família de estruturas mais ou menos aparentadas entre si” (IF § 108).

Já nas primeiras passagens das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein critica um modelo sobre a aquisição e o funcionamento da linguagem até então. Esta, de acordo com tal modelo, desconsiderava as diferentes espécies de palavras e tomava os substantivos como elementos essenciais da comunicação. Wittgenstein, mediante situações lingüísticas hipotéticas, mas verossímeis, analisa a irredutibilidade dos comportamentos verbais a uma categoria em particular. Ora, desprivilegiar a pluralidade dos sistemas lingüísticos resulta em pensar nos enigmas que cercam a linguagem como dúvidas pertinentes a apenas uma classe de palavras. Este então é um modelo, segundo o qual, compreender a natureza da linguagem como é adquirida, e ainda seu funcionamento, equivale a compreender os substantivos. Tal modelo diz respeito a uma forma mais primitiva de linguagem (§ 3) e é esta concepção da atividade lingüística que se tem em mente quando se diz que as palavras correspondem às coisas (§ 1). Com isso, torna-se legítimo questionar o que estabelece o elo entre os nomes e o mundo (§ 6), pois se trata aqui da designação (§ 15).

Desde essa perspectiva, analisa-se o *gesto ostensivo* como um pressuposto da associação entre palavra e coisa. O apontar ou indicar é compreendido como acompanhado da emissão sonora, como uma instrução unidirecional, passível somente de uma interpretação.

Ora, levando-se em consideração as diferentes situações lingüísticas que constituem a realidade e que recobrem os proferimentos, é incoerente supor que elas podem ocasionar aplicações diversas entre si, isto é, não apenas a um mesmo apontar ou indicar ostensivo e sua emissão sonora correlata?

Nesse modelo que ora objetamos, os nomes são construções lingüísticas elementares; são expressos mediante a associação em sentenças, desejos e demais volições. Eles, os nomes, constituiriam as partes simples do discurso, isto é, ao que não pode ser reduzido a algo mais básico. O que Wittgenstein questiona é como acontece dos nomes designarem o simples. Para tanto ele cita Sócrates no Teeteto (§ 46), e avalia



que os “elementos primitivos” de Sócrates equivalem aos “individuais” de Bertrand Russell e aos “objetos” do *Tractatus*. Isso nada mais sugere que tanto Sócrates, quanto Russell e ele próprio, no *Tractatus*, concordam em três pontos:

- 1) para as partes mínimas das coisas não há uma explicação;
- 2) as coisas apenas deixam-se enunciar pelos nomes;
- 3) a linguagem é tão somente um entrelaçamento de nomes, os quais, por sua vez, não podem ser usados para explicar este entrelaçamento.

O equívoco do *Tractatus* foi não atentar para as diferentes espécies de palavras e a multiplicidade de situações nas quais elas se realizam, e na medida em que as diferentes classes de palavras eram ignoradas, por certo não se manteve o desconhecimento efetivo delas, mas a idéia de que seria possível reduzi-las a apenas uma casta de nomes.

O pressuposto básico do pensamento wittgensteiniano em sua segunda fase é que uma linguagem ocorre na interação comunicativa entre falantes de uma mesma comunidade social, essa linguagem pode ser descrita como prática social.

Em outras palavras: dizer que um nome representa uma coisa é dizer que a função deste, isto é, seu uso na comunicação é representar. E a *representação* se estabelece mediante uma relação associativa entre o nome e a coisa que ele designa. Mas a representação tanto não é a única função, porque o uso corrente da linguagem nos mostra que a relação entre nomes e coisas ocorre de várias maneiras, quanto não é a principal função, porque não há critério pelo qual se possa estabelecer uma hierarquia entre as diferentes atividades. Ao se observar as várias situações, nas quais a linguagem é empregada, percebe-se que a representação é apenas uma dentre as inúmeras funções que as palavras de uma linguagem podem assumir (como, por exemplo: os livros que estão do lado esquerdo da escrivaninha são bastante úteis ao meu trabalho). Seria incoerente analisar o proferimento exemplificado como uma tentativa de representar mentalmente coisas como “livros” ou “escrivaninha”, ou ainda “trabalho”, exceto em casos nos quais se observe um contexto lingüístico que permita tal interpretação, como foi o do exemplo citado: não se diz que tal constatação jamais poderia ser compreendida como uma tentativa de representar estados de coisas, mas apenas que no contexto



comunicativo que estabelecemos tal proferimento (constatativo), essa análise não se justifica.

Consoante a isso, temos então que numa análise redutora da relação entre nomes e coisas tão somente a representação é insuficiente (§2 e 3). Portanto, Wittgenstein não nega que as palavras podem representar coisas; ele nega apenas que a representação seja a única ou mesmo a principal função do emprego das palavras. Desse modo as *Investigações Filosóficas* constituem a dissolução de um modelo radicalizado no *Tractatus*, a saber, o da associação entre nomes e coisas.

A designação, cerne das considerações lingüísticas da tradição, não é um jogo de linguagem, mas apenas uma preparação para isso (IF §§ 26, 49). Temos de saber como manejar, como usar designações para poder aplicá-las. Nós operamos nos diferentes tipos de linguagem com as palavras, mas de acordo com sistemas de regras diversos, a mistura ou a não-consideração desses sistemas diversos de regras faz surgir inúmeros problemas. Uma das fontes de erro em Filosofia é isolar expressões do contexto em que elas surgem, o que significa não compreender toda a dimensão da gramática da linguagem e restringir-se apenas à designação.

Linguagem é considerada na dimensão última de sua realização, isto é, no processo de interação social e poder usá-la significa ser capaz de inserir-se no processo de interação social simbólica de acordo com os diferentes modos de sua realização. Tal capacidade é adquirida historicamente apesar de a linguagem pertencer à vida do homem, o poder de usá-la é uma capacidade adquirida por meio de um adestramento, isto é, de um verdadeiro aprendizado das normas e dos papéis implicados nesses atos. Isso demonstra:

- como a linguagem não está separada da práxis social;
- como Wittgenstein está distante do behaviorismo – ponto central da divergência: enquanto o behaviorismo pensa a linguagem como um fenômeno natural, pois a pensa por meio da categoria comportamentalista do estímulo-resposta, Wittgenstein a pensa como um fenômeno histórico, fruto da liberdade criativa do homem.

É nesse sentido que se deve entender a categoria “jogo de linguagem” como um evento natural que é aquele em que simplesmente imperam forças anônimas. Isso é muito diferente de um jogo em que o indivíduo e forças supra-individuais se medeiam.



No jogo, o homem age, mas não simplesmente como indivíduo isolado e sim de acordo com regras e normas que ele, juntamente com outros indivíduos, estabeleceu. Tais regras constituem um quadro de referência intersubjetivo que, por um lado, determina as fronteiras das ações possíveis, estabelecidas comunitariamente, e, por outro, deixa ao indivíduo, dentro dele, o espaço para as iniciativas.

Nas *Investigações Filosóficas* a linguagem é ação comunicativa entre sujeitos livres (diferente de processos mecânicos naturais), nessa acepção de linguagem, as regras surgem num processo de interação social, e se distingue agora das regras gramaticais da linguagem ideal do *Tractatus*, pois estes exprimem simplesmente conexões simbólicas no nível do símbolo puro. Nesse sentido, as conexões simbólicas da linguagem comum não são puras, pois só são inteligíveis no contexto de interação. A linguagem simbólica pura é também um jogo de linguagem específico, e, portanto, um processo de interação social, só que em virtude de seu caráter artificial, dá a impressão de pureza, isto é, de separação de uma práxis social; e o fato de essas regras não serem regras restritas, como no caso da linguagem ideal, não significa que não tenham sentido — foi esse preconceito que levou Wittgenstein no *Tractatus* à elaboração de uma linguagem ideal e a procurar determinar a essência da frase.

Em todo cálculo como é o caso da linguagem ideal vislumbrada no *Tractatus*, há axiomas básicos e prescrições que determinam, de antemão, o modo de uso dos elementos do cálculo, essas regras objetivam um comportamento universal em que não há ambigüidades e imprecisões. Tais regras, no entanto, são obtidas apenas por uma construção prévia dentro de uma linguagem já existente a elas e não podem conter em si toda a riqueza que constitui a linguagem do dia-a-dia. No cálculo as regras já de antemão são definidas, enquanto no jogo de linguagem só o uso lhes dá o sentido verdadeiro e suas fronteiras, que nunca são definitivas, essa falta de precisão permite certa flexibilidade (IF § 18).

Na linguagem ocorre o mesmo: aprendemos a significação das palavras tão-somente quando sabemos operar com elas, isto é, quando internalizamos as regras de seu uso nos diversos jogos de linguagem. É jogando o jogo que aprendemos, de fato, suas regras, daí a necessidade de adestramento. Adestramento não significa repetir símbolos, mas apreender a agir de um modo determinado, ou seja, de acordo com as regras específicas do tipo de ação em que estão os processos nos quais aprendemos uma



linguagem. Adestramento implica aprender a agir assim ou assado e, portanto, tem a ver com a internalização das normas que regulam esse agir (IF § 198).

Agora o procedimento (metodológico) está apontado para a separação categorial: busca-se uma representação ampla dos comportamentos lingüísticos (§ 122) projetando-se uma descrição filosófico-gramatical de sua pluralidade. Este é o novo norte de Wittgenstein, e é o desafio-problema básico de nossa pesquisa, a saber, reconstruir o modo como ela se coloca diante de tal norte e constitui (com possíveis respectivas implicações, aporias) uma específica forma de filosofar.

O que temos então, para uma melhor apreensão da realidade, é a separação entre gramática profunda e gramática de superfície.

A filosofia tradicional limitou sua ótica por trabalhar com uma única espécie de exemplo (IF § 593), um único jogo de linguagem foi transformado na essência da linguagem. Como compreender a variedade dos jogos de linguagem? Pela gramática.

Dois tipos de gramática constam nas *Investigações* (§ 664):

- a gramática *superficial*: o que normalmente se chama, isto é, o conjunto de normas para a construção correta de frases;
- a gramática *profunda*: conjunto de regras que constitui determinado jogo de linguagem.

A partir da tematização dessa gramática profunda vem à tona:

- a pluralidade dos modos da linguagem humana;
- os critérios para o emprego correto das palavras.

O uso da palavra aceito como correto na comunidade lingüística que a emprega (IF § 241), evidencia um acordo entre os membros de uma comunidade que torna a comunicação possível.

Logo, a reviravolta no pensamento de Wittgenstein mantém a pergunta pela linguagem humana, mas a resposta agora vem da consideração da linguagem em ação: os jogos de linguagem vêm da consideração da linguagem em ação: os jogos de linguagem mostram “como a linguagem funciona”.

Wittgenstein recusa-se a dar uma definição do que seja jogo de linguagem, pois se o fizesse estaria incorrendo em essencialismo (IF § 65), e isso também contradiz a



intenção básica da sua filosofia nessa segunda fase, que consiste em eliminar o sentido metafísico dado às palavras, retornando ao uso do dia-a-dia.

Essa rejeição do essencialismo aponta para uma nova perspectiva da linguagem:

- a consideração dos diferentes usos das palavras;
- a descoberta de características semelhantes e parentescos, ou seja, as semelhanças de família (IF § 64,66) presentes nos jogos de linguagem.

Entre os mais diversos jogos de linguagem possíveis: o que talvez pudesse ser considerado elemento comum seria o uso normativo de símbolos lingüísticos num processo de internalização de normas e papéis dentro de outro processo, que é o comunicativo, o intersubjetivo da interação social. E Wittgenstein mostra o que pretende com tal categoria. Partindo de exemplos nas *Investigações Filosóficas*, ele distingue diversos jogos lingüísticos:

- elaborar uma hipótese e pô-la à prova;
- representar os resultados de um experimento mediante tabelas e diagramas;
- inventar uma história e lê-la;
- recitar no teatro;
- cantar em roda;
- escolher enigmas;
- fazer uma piada, contá-la;
- resolver um problema de aritmética aplicada;
- traduzir de uma língua para outra;
- pedir, agradecer, emprestar, saudar, orar.

Ele não reduz esses jogos a uma unidade mítica, mas os vê como ligados por simples semelhanças:

Em vez de mostrar o que é comum a tudo o que chamamos linguagem, digo que esses fenômenos não têm, em absoluto, alguma coisa em comum, com base na qual empregamos para todos a mesma palavra, - mas que são aparentados uns com os outros de muitos modos diferentes. E graças a esta parentela, ou a estas parentelas, a todos eles chamamos 'linguagem'. (WITTEGENSTEIN, 1999, § 65).



40 Encontro de Pesquisa na Graduação em Filosofia da Unesp

Jogos de linguagem (*Sprachspiele*), não possuem uma propriedade comum que permita uma definição acabada e definitiva, mas elementos comuns que se interpenetram. Jogo de linguagem é a unidade entre o uso da língua, a práxis e a interpretação de uma situação, ou seja, tem a ver com a *forma de vida* (*Lebensform*). Precisamente por isso ele é um conceito relevante: o grande esforço que Wittgenstein efetuou na segunda fase de seu pensamento tem como finalidade uma volta à linguagem imediata do dia-a-dia. Desde essa perspectiva, percebe-se um deslocamento do foco de análise de Wittgenstein: a clareza da linguagem não está mais no isomorfismo entre denominação e objeto, mas na compreensão do jogo de linguagem como só inteligível a partir de um contexto de uma ação comunicativa (daí o uso de símbolos, a reação a certas expectativas, etc.).

Referências

- STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea*. [Tradução Edwino A. Royer] Volume 1 São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. [Tradução José Carlos Bruni] São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999[1953] (Edição Os Pensadores).